

# FHC sanciona lei de terrenos de marinha.

*Ficaram fora da nova lei os terrenos no interior de ilhas sedes de capitais*

As novas regras para regularizar os terrenos de marinha e seus acrescidos já estão em vigor desde ontem. O Projeto de Lei de Conversão, que alterou a Medida Provisória nº 1647, aprovada no último dia 13 de maio, na Câmara dos Deputados, foi sancionado na última sexta-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e publicado ontem no **Diário Oficial da União**, como Lei nº 9636.

De acordo com a deputada federal e relatora do projeto de conversão, Rita Camata, o único artigo vetado pelo presidente foi o 48, que instituiu uma gratificação adicional patrimonial aos servidores em exercício na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). "Já tinha sido acordado com a equipe do Executivo que participou das discussões que não haveria vetos ao projeto, com exceção da gratificação dos funcionários", disse, explicando que agora cabe à SPU fazer a regulamentação da nova lei.

A titular da Delegacia de Patrimônio da União (DPU), Chisue Kawashima de Souza, acredita que até a próxima quinta-feira a SPU já tenha concluído toda a regulamentação da nova lei. "A SPU vai agora definir a forma como a nova lei deve ser aplicada. Por exemplo, a lei diz que nos casos de compra do imóvel, o ocupante tem que pagar as taxas de ocupação relativa aos cinco anos anteriores. A regulamentação vai dizer como será feita essa cobrança, se de uma única vez ou parcelada. São esses pequenos detalhes que vão ser agora acertados", disse, reafirmando que ficaram de fora da nova lei os terrenos localizados no interior de ilhas que sejam sedes de capitais, cuja destinação vai ser definida em legislação específica ou ordinária, em separado.

A possibilidade de alterações da nova lei, na fase de regulamentação, segundo a deputada Rita Camata, não está descartada. "O que podemos fazer é sensibilizar a SPU, para que o processo de regulamentação seja mais flexível. Por exemplo, nessa fase podemos conseguir a transferência do domínio pleno dos imóveis que não estiverem em áreas consideradas

As alterações mais profundas só poderão vir através de uma MP, uma possibilidade quase remota, ou através do Legislativo, com um projeto de lei". Ela ressaltou que qualquer mudança vai depender principalmente do poder de articulação das comunidades envolvidas.

O mesmo acontece com a legislação específica que irá tratar da destinação dos terrenos situados no interior de ilhas. "Não existe nada definido sobre essa legislação. Como vai ser, quanto tempo vai levar, quando vai ser votada, o que vai ter na lei, depende exclusivamente dos interesses dos envolvidos, dos debates e da articulação política que conseguirem fazer. Todos os segmentos, o Conselho Popular, o Fórum de Empresários, o município, o Estado, a Assembléia Legislativa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), todos têm que estar envolvidos", disse a deputada, acrescentando que o primeiro passo para a definição da legislação específica passa por conhecer a realidade dos ocupantes do interior da ilha.

Estes são alguns dos pontos que vão ser discutidos com os empresários, na próxima segunda-feira, às 9 horas, quando o Fórum Empresarial se reúne com a deputada, no auditório da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines). Segundo o diretor da Associação Comercial de Vitória (ACV) e membro do comitê coordenador do fórum e representante da Federação das Associações Comerciais (Faciap), Geraldo Barcelos, também vão estar em debate a redução da entrada de 10% para 5%; a utilização dos valores venais e não de mercado, nos casos de venda do terreno; a venda do domínio pleno; que seja considerada a ocupação, mesmo depois do período definido na nova lei, que é 17 de fevereiro de 1997; que a DPU institua um prazo para que as pessoas se apresentem voluntariamente e que nestes casos fiquem isentas das cobranças de ocupação em atraso; entre outras medidas.

"Nossas reivindicações não param por aí. Queremos uma maior participação, não só na fase de regulamentação, mas também na fase de execução



Edson Chagas

## NOVAS ÁREAS

Até o final do ano, a Delegacia de Patrimônio da União vai cadastrar os terrenos do Pontal de Camburi e de uma área em frente ao Aeroporto

Algumas associações de moradores também estão se articulando para obter maiores informações sobre a medida e avaliar como vão poder atuar de forma que a nova lei seja mais favorável aos interesses de seus associados. "Estamos agendando com a relatora do projeto uma reunião para que ela nos informe mais detalhadamente sobre as mudanças. Acreditamos que, apesar dos avanços, as novas regras precisam de algumas mudanças", disse o presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto, José Carlos Lyrio Rocha. O mesmo promete o presidente do Conselho Popular de Vitória, Ítalo Batan. "A vida de muitas pessoas estão envolvidas e esse assunto precisa ser



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO - ESESP



## CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES Nº 05/98

A Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP, tendo em vista o item 5.11 do Edital nº 01/98-IESP, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 07/04/98, comunica aos candidatos inscritos para o Concurso Público IESP/98, a homologação das inscrições e que os Cartões de Inscrição encontram-se à disposição, nas mesmas agências dos Correios onde os candidatos procederam suas inscrições, e que devem ser retirados, mediante a apresentação do documento oficial de identidade, no período de 19 a 26 de maio de 1998, das 08:00 às 17:00 horas.

Os candidatos que observarem qualquer irregularidade no seu cartão de inscrição, deverá imediatamente entrar em contato

processo de regulamentação seja mais flexível. Por exemplo, nessa fase podemos conseguir a transferência do domínio pleno dos imóveis que não estiverem em áreas consideradas de segurança nacional, para o comprador. Isso pode ser trabalhado na regulamentação, entre outros pontos.

## DPU vai recadastrar 13 mil terrenos

A Delegacia de Patrimônio da União (DPU) vai fazer um recadastramento nos municípios de Vitória, Vila Velha e Guarapari, até o final deste ano, nos 13 mil terrenos de marinha e seus acrescidos, cujos ocupantes ainda não regularizaram a sua situação, apesar de já terem sido notificados de que residem em área pertencente à União. De acordo com a titular da DPU, Chisue Kawashima de Souza, há casos em que até mesmo os Darfs (Documento de Arrecadação Fazendária), com a cobrança da taxa de ocupação, enviados foram devolvidos. "Vamos checar o motivo da devolução, o porque dessas pessoas não terem comparecido a DPU, se os imóveis já pertencem a terceiros. Vamos procurar conhecer novamente a realidade de cada um deles, uma vez que o primeiro cadastramento foi feito em 1992."

A primeira etapa do recadastramento vai ser feita através do cadastro das prefeituras municipais, para identificar quem está ocupando as propriedades. Nos casos em que isto não for possível, haverá a visita de técnicos aos locais. Chisue não descarta a possibilidade de licitar uma empresa para realizar o serviço. "Ainda estamos verificando como vão ser realizados os trabalhos, mas se for

mente e que nestes casos não sejam feitas as cobranças de ocupação em atraso; entre outras medidas.

"Nossas reivindicações não param por aí. Queremos uma maior participação, não só na fase de regulamentação, mas também quando for definida a legislação específica para o interior de ilha", disse Geraldo.

necessário vamos terceirizar o trabalho de campo, ou seja, as visitas e avaliações que os técnicos vão fazer aos terrenos".

A delegada informou ainda que nestes três municípios ainda existem áreas que não foram cadastradas, o que deve ser feito até o final do ano. Entre elas está o Pontal de Camburi, região ao longo do canal, compreendida entre a ponte da Passagem, na avenida Fernando Ferrari, e a ponte do Canal, na avenida Dante Micheline, onde a Linha de Preamar Médio - LPM (maré mais alta) já foi demarcada, faltando apenas identificar a quem pertencem os terrenos. A outra área fica em Goiabeiras, em frente ao Aeroporto, onde a LPM ainda não foi definida.

A partir de agosto, a DPU também dá início ao cadastramento dos terrenos de marinha e seus acrescidos de Meaípe até Marataízes. A estimativa, segundo a delegada, é de que existam cerca de 6 mil imóveis ocupados nesta região. "Nesta área nós já traçamos a LPM e ela já foi homologada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Agora vamos identificar quem está ocupando os imóveis e notificá-los a regularizarem a sua situação junto a DPU", disse Chisue. A partir de janeiro do ano que vem, será a vez

da Associação de Moradores da Praia do Canto, José Carlos Lyrio Rocha. O mesmo promete o presidente do Conselho Popular de Vitória, Ítalo Batan. "A vida de muitas pessoas estão envolvidas e esse assunto precisa ser muito bem discutido e definido em conjunto com todos os envolvidos."

da região Norte do Estado. Depois que for traçada a LPM, vão ser cadastrados os imóveis que pertencem à União na região que vai da Serra até Conceição da Barra.

Para alguns moradores destes municípios a identificação dos terrenos de marinha tem ocasionado algumas situações bem curiosas, como residir em um imóvel onde somente a área de lazer, ou a garagem, por exemplo, é considerada terreno de marinha. É o caso do Conjunto Residencial Barro Vermelho. De acordo com a síndica do condomínio, Sônia Miranda, uma faixa de um metro, ao longo do terreno, na garagem, foi identificada como pertencente a marinha. "Os condôminos foram notificados pela DPU mas apenas 40% deles resolveram entrar com o processo de aforamento. Os demais nem pagam a taxa de ocupação, alegando que na escritura do imóvel não consta que a área pertence à União."

De acordo com a delegada este tipo de situação pode facilmente ser solucionada. "Nesse casos é possível até mesmo comprar o domínio pleno do imóvel. Basta que o síndico ou representante da DPU faça uma proposta", disse, acrescentando que, mesmo que não conste na escritura, o que vale é a demarcação da LPM.

ocupantes desses terrenos pudessem perder suas terras, ocupadas por plantações e pastagens.

■ Os ocupantes na faixa de renda de até três salários mínimos terão o valor da entrada do imóvel reduzido para adquirir a posse das áreas que ocupam. Pelas novas regras, a entrada fixada em 10% do montante do bem - parcelada em duas vezes - caiu à metade, ou seja, para 5% - dividido em duas prestações. O prazo do restante do valor foi mantido em 300 prestações, no período de 25 anos.

■ A MP previa que as despesas decorrentes de um cadastramento, a ser feito pela União, com o objetivo de identificar os terrenos que lhe pertencem em todo país, além do recadastramento dos que já estão incluídos no banco de dados da repartição, recairia sobre os ocupantes da área. O projeto de conversão isentou o ocupante de qualquer taxa.

foro, que consiste num tributo menor, ou seja, 0,6%. Nesta condição a União transfere ao particular 87% da posse sobre o terreno e ainda fica com os outros 17%.

■ As famílias consideradas carentes continuam dispensadas do valor da entrada do imóvel. A prestação a ser paga nunca poderá ser superior a 30% da renda da família.

■ O ocupante que tiver a preferência na "compra" do imóvel da União e não é carente e nem de baixa renda também teve o valor da entrada reduzida de 20% para 10%. O parcelamento em 240 prestações, no período de 20 anos, continua igual ao que previa a MP.

■ Não será mais exigido que num terreno considerado área da União, localizado na área rural, exista uma edificação de caráter permanente para o imóvel ser cadastrado pela DPU. A preocupação dos parlamentares é de que os

### MUDANÇAS APROVADAS

■ Os imóveis situados no interior de ilhas oceânicas e costeiras, que são sedes de capitais, foram excluídos da Medida Provisória nº 1.647. A matéria será tratada por lei específica ou ordinária, em separado.

■ A prescrição da cobrança da taxa de ocupação em débito dos ocupantes de terrenos de marinha pela MP nº 1647 foi reduzida de 20 para cinco anos. Com isso, a dívida dos anos anteriores fica anistiada.

■ O valor de entrada para o ocupante do terreno de marinha que quiser "comprar" o terreno da União e estiver em dia com a DPU foi reduzido de 20% para 10%. O parcelamento restante do montante será em 120 prestações, em 10 anos. O preço a ser pago continua sendo o de mercado. Com esta alteração o ocupante da área deixará de pagar uma taxa anual, hoje fixada entre 2% a 5% sobre o valor do terreno, para passar a pagar o

A Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP, tendo em vista o item 6.11 do Edital nº 01/98, publicado no Oficial do Estado do dia 07/04/98, comunica aos candidatos inscritos para o Concurso Público IESP/98, a homologação das inscrições e que os Cartões de Inscrição encontram-se à disposição, nas mesmas agências dos Correios onde os candidatos procederem suas inscrições, e que devem ser retirados, mediante a apresentação do documento oficial de identidade, no período de 19 a 26 de maio de 1998, das 08:00 às 17:00 horas.

Os candidatos que observarem qualquer irregularidade no seu cartão de inscrição, deverá imediatamente entrar em contato com a ESESP, até o dia 26/05/98.

Comunica, ainda, que a Primeira fase, eliminatória, que consiste de prova escrita de conhecimentos de múltipla escolha, será realizada no dia 31 de maio de 1998, às 09:00 horas para os cargos de 1º, 2º e 3º graus e às 14:00 horas para o cargo de médico (todas as especialidades), nos locais abaixo relacionados:

LOCAL	ENDEREÇO	CARGO
Colégio Estadual	Av. Vitória, s/n - Forte São João Vitória - ES - Tel: 223 5995	Analista de Sistemas; Enfermeiro; Farmacêutico Bioquímico; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Musicoterapeuta; Psicólogo; Terapeuta Ocupacional; Cirurgião Dentista Buco Maxilofacial;
ETEFES	Av. Vitória, 1729 - Jucutuquara, Vitória - ES Tel: 331 2100 ou 331 2186	Programador; Técnico de Enfermagem; Técnico de Laboratório; Técnico em Radiologia.
FAESA	Ladeira Anselmo Serrat, 199 - Bairro Monte Belo - Vitória, ES Tel: 222 5344 ou 223 9300	Auxiliar de Enfermagem;
Centro Educacional "Charles Darwin"	Rua Desembargador Vicente Caetano, 116 - Mata da Praia - Vitória - ES Tel: 225 9699 (em frente a UFES)	Auxiliar de Enfermagem;
Colégio Objetivo	Av. Nossa Senhora da Penha, 1800, Barro Vermelho, Vitória - ES Tel: 325 0244	Auxiliar de Laboratório; Vigia;
UFES	Goiabeiras, s/n - Vitória	Auxiliar de Serviços Gerais
Colégio Nacional	Av. Saturnino Rangel Mauro, 1401, Jardim da Penha, Vitória - ES Tel: 200 3670	Médico - Todas as Especialidades

#### OBSERVAÇÕES SOBRE A PROVA DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/98

- O candidato deverá comparecer ao local das provas com 01:00 (uma) hora de antecedência ao horário fixado para o seu início.
- O ingresso na sala onde se realizará a prova só será permitido, até o horário estabelecido para o seu início.
- O candidato será identificado por seu cartão de inscrição ao concurso e pelo documento oficial de identidade, apresentado no ato da inscrição.
- Nenhum candidato terá acesso ao local de realização da prova após a hora determinada para o seu início.
- O candidato deverá trazer, para preenchimento do cartão-resposta, caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Não será permitida a consulta de qualquer texto doutrinário, legislação, livros, revistas, folhetos ou tabelas, bem como o uso de calculadoras, telefones celulares ou similares.

A ESESP comunica, também, que foram indeferidas as inscrições de números relacionados a seguir:

00044	10066	00058	10312	00153	10318	01048	10344
01082	10367	01321	10381	01574	10400	01935	10655
02251	10949	02253	10976	02304	11371	02308	11580
02309	11804	02319	11911	02384	11914	02442	11962
02605	11977	02754	12030	02967	12067	03267	12180
03606	12420	03661	12428	03790	12452	03883	12458
03885	12528	04377	12623	04383	12703	04658	12772
04881	12836	04934	13032	04958	13125	04997	13168
05078	13337	05094	13371	05426	13425	05449	13613
05973	13651	05984	13747	06178	13933	06548	13938
07665	14040	07685	14101	07699	14160	07870	14175
07933	14264	08312	14359	08469	14463	08911	14478
09106	14602	09201	15104	09360	15241	09397	15261
09902	15451	09907	15463	09933	15743	09624	

Vitória - ES, 18 de maio de 1998.  
CARLOTA HELENA COSER PINHEIRO  
DIRETORA PRESIDENTE